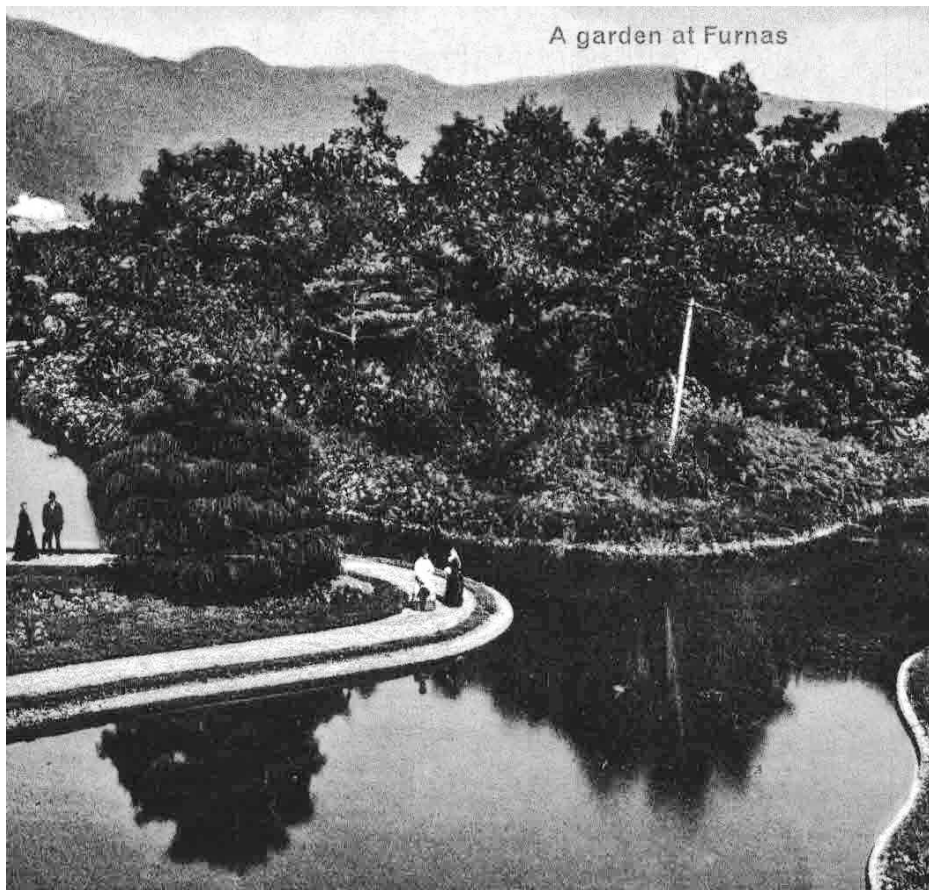


Jardins históricos de São Miguel



Jardim do Marquês da Praia e Monforte, atual Parque Terra Nostra. (Postal ilustrado, c. 1900).

O “jardim histórico” constitui um domínio patrimonial relativamente recente no âmbito das categorias de bens sujeitas a classificação e proteção jurídica. Para o reconhecimento dos jardins como “monumentos históricos” devemos recuar a 1981, data em que o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, em articulação com a Federação Internacional dos Arquitectos Paisagistas (ICOMOS-IFLA), reunidos em Florença, redigem a *Carta Internacional dos Jardins e Sítios Históricos*. O documento foi concebido como adenda à Carta de Veneza (*Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios*, 1964), a qual assinala um momento decisivo em matéria de conservação do património construído, pese embora toda a evolução que daí para cá tem sofrido a “teoria da recuperação”.

O jardim, enquanto obra conjunta do Homem e da Natureza, pela sua dupla natureza de obra de arte e de monumento vivo, situa-se num plano singular a que é necessário atender quando se projecta a sua conservação e evolução futura. Com efeito, a filosofia de intervenção e as medidas impostas sobre o património construído devem ter em conta o carácter efémero e evolutivo do jardim, inerente à sua condição de sistema vivo, sem contudo prejudicar a matriz conceptual e o carácter histórico que transporta.

Com este pano de fundo, como encarar os jardins históricos de São Miguel, parcela tão importante do Património Cultural

da Região e do país? Os jardins micalenses, que no passado já integravam os primeiros roteiros turísticos da Região, e hoje voltam a constituir-se, não apenas como “produto turístico” mas enquanto domínio específico de “património verde”, merecem seguramente uma atenção especial. Ao leitor interessará saber, por certo, quais os jardins mais relevantes do ponto de vista do “monumento histórico”, o que tem sido feito em prole da sua conservação e valorização, e ainda o muito que falta fazer.

É importante reconhecer o brilhante ciclo na arte de conceber e construir jardins que tem início em S. Miguel no final do século XVIII, nas Furnas, e se prolonga até finais do século seguinte, sempre com o mesmo entusiasmo, a mesma influência das modas europeias - sobretudo da escola inglesa paisagista e romântica -, a mesma aposta na flora exótica e no colecionismo botânico... Os jardins oitocentistas micalenses construíram-se sem grandes movimentos de terra ou armação em socacos, procurando antes adaptar-se às modelações suaves e ondulantes do relevo. Na sua estrutura física incorporam por vezes acidentes mais dramáticos, de fundas depressões, onde se abrigam coleções de fetos (Mata-jardim José do Canto), *grottoes* românticos ou túneis lávicos artificialmente armados (Parque Terra Nostra, jardim António Borges). A água assinala uma presença regular, geralmente em tanques e lagos de formas amplas e recortadas, sem jogos de água (Parque Bea-



Jardim António Borges (Ponta Delgada).



Jardim José do Canto (Ponta Delgada).



Mata-jardim José do Canto (Furnas).

triz do Canto; Jardim de Sant’ Ana; Quinta do Botelho (desaparecida); Quinta do Tanque), ou longilíneas e serpenteantes (Terra Nostra: Jardim da Universidade dos Açores; Jardim António Borges).

Sobre a conservação e valorização dos jardins históricos micalenses podemos identificar três níveis de intervenção, todos eles com registo de acções desenvolvidas na última década e meia: o estudo, e divulgação desse património específico; a classificação de alguns exemplares notáveis; e as acções concretas de recuperação e revitalização coordenadas por técnicos com formação científica e técnica adequadas.

Dito isto, é importante sublinhar que nunca foi concebido um plano estratégico para os jardins históricos, quer no que toca à legislação corrente, que não identifica os jardins como categoria autónoma da “ar-

Jardim António Borges

A história do Jardim António Borges remonta a 1858 e deve-se a António Borges da Câmara Medeiros, seu proprietário e simultaneamente autor.

O estilo de vida faustoso e cosmopolita de António Borges não o impediram de dedicar inteira paixão à construção de jardins, ocupando-se a jardinar, traçar arruamentos, experimentar plantios... Dos viveiros de Liège, Gand e Londres trouxe muitas das plantas exóticas que ainda hoje crescem no jardim.

Em 1957 a Câmara Municipal de Ponta Delgada adquire o imóvel para “parque da cidade”. A passagem de testemunho, porém, acarretaria perdas significativas para a sua integridade, a mais grave das quais foi a desanexação da parcela sul.

Em 2005 o Município de Ponta Delgada resolve reabilitar o jardim, procedendo à limpeza dos lagos, consolidação das grutas, introdução de mais de 100 novas espécies arbustivas, cerca de 30 novas árvores e revestimento vegetal com herbáceas. ♦

quitectura civil”, quer no âmbito dos recenseamentos e inventários orientados por critérios de selecção e grelhas de análise de carácter científico. Finalmente, no que respeita à formação, muito haveria a fazer, nomeadamente ao nível da preparação de jardineiros especializados na manutenção e conservação de jardins históricos. Segundo a opinião da Arquitecta Cristina Castelo Branco, o panorama português apresenta “escassez de formação de jardineiros mas abundância de arquitectos paisagistas com conhecimento em restauro e manutenção do jardim histórico”. Diria, em jeito de balanço, que a questão da vegetação continua a ser um dos pontos mais sensíveis para a preservação da imagem e do carácter de qualquer jardim histórico, impondo-se com particular relevância no caso dos *jardins históricos* de S. Miguel. ♦

ISABEL SOARES DE ALBERGARIA
UNIVERSIDADE DOS AÇORES
ialbergaria@uac.pt

PROMOTOR



Governo dos Açores
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Direção Regional da Cultura